

EXPROPRIAÇÃO DA TERRA, VIOLÊNCIA E MIGRAÇÃO: CAMPONESES MARANHENSES NO CORTE DA CANA EM SÃO PAULO

*Maria Aparecida de Moraes Silva**

Resumo: O objetivo deste texto é a análise das redefinições sociais e laborais do processo migratório de milhares de camponeses do estado do Maranhão, situado no nordeste do Brasil, para o trabalho nos canaviais do estado de São Paulo. Este processo é resultante da expropriação havida na última década nesta região. A análise visa também a compreensão da migração temporária enquanto processo envolvendo aqueles que partem - homens, adultos e jovens - e aqueles que ficam -os membros das famílias. O universo empírico da investigação se concentrou em duas cidades de origem dos migrantes - Timbiras e Codó, situadas no sudeste do estado do Maranhão - e na região de destino de Ribeirão Preto, considerada o maior pólo produtor de açúcar é álcool do país. A metodologia empregada baseou-se na história oral, por meio da coleta de depoimentos, registros imagéticos e fontes escritas, basicamente, processos jurídicos movidos pelos camponeses que foram expropriados.

Palavras-chave: Camponeses-migração. Trabalho nos canaviais. Territórios migratórios.

Abstract: The aim of this text is the analysis of peasants' migratory process from the state Maranhão/Brazil to work at the sugar cane plantations of the state of São Paulo. This process results from expropriation in the last decade in this region. The analysis pretends to study the temporary migration as a process of family's members that migrate and those ones that remain there. The universe of the research is constituted by the cities Timbiras and Codó (Maranhão) and Ribeirão Preto (São Paulo). The methodology is based on oral history, collection of documents and photos.

Keywords: Peasant's migration. Sugar cane work. Migration territories.

Esta proposta se restringe à análise dos territórios migratórios dos trabalhadores migrantes temporários que se destinam para o Estado de S. Paulo, especialmente para a região de Ribeirão Preto/SP. Desde o século passado, a economia agrária do Estado e dessa região, em particular, contou com a presença de trabalhadores migrantes nacionais para o trabalho nas lavouras de café, de cana-de-açúcar, laranja e outras. Na década de 1960, houve a intensificação do processo de modernização da agricultura paulista

* Professora Livre-Docente da UNESP, pesquisadora do CNPq e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Presidente Prudente. E-mail: maria_morais@terra.com.br.

por meio da modernização do processo produtivo. Data dessa época o surgimento de grandes usinas de açúcar e álcool, as quais foram beneficiadas pelo Proálcool, em 1975, durante o governo da ditadura militar.¹ No entanto, esse processo de modernização e reestruturação produtiva foi seguido do processo de expulsão de milhares de trabalhadores residentes nas fazendas: colonos, parceiros, pequenos arrendatários, posseiros e sitiantes.² Além do processo de expulsão, que culminou no dismantelamento do processo de trabalho assentado no sistema dos trabalhadores permanentes, fixos, residentes nas fazendas e sua transformação em “bóias-frias”, a modernização da agricultura, sob a égide do Estado brasileiro, foi responsável pelo surgimento das chamadas migrações temporárias, caracterizadas pela presença de milhares de pessoas, geralmente provenientes de áreas pobres do país, que foram obrigadas, pela falta de condições de sobrevivência, a se deslocar para as áreas mais ricas, em busca de trabalho. A região de Ribeirão Preto, a partir da década de 1960, transformou-se em um pólo receptor de milhares desses migrantes todos os anos, que se empregam nas lavouras de café, no corte da cana e também na colheita da laranja. Na verdade, trata-se de uma *migração permanentemente temporária*, pois a grande maioria deles migra todos os anos tendo sua vida dividida no espaço e no tempo. Assim, a partir do mês de abril, chegam à região de Ribeirão Preto migrantes provenientes do Vale do Jequitinhonha/Minas Gerais, interior da Bahia e dos demais estados do nordeste, inclusive do Maranhão e Piauí. No início do mês de novembro, regressam à sua região, para, novamente, reiniciarem o ciclo migratório no próximo ano. Em razão das inúmeras migrações que, muitas vezes, não se destinam para os mesmos lugares, a vida desses trabalhadores assemelha-se àquela do vôo das andorinhas, que partem em busca de alimentação e melhores condições climáticas, retornando ao local de origem, assim que a sobrevivência seja garantida.³

A PRESENÇA DE MIGRANTES DO MARANHÃO

A partir dos finais da década de 1990, no entanto, assiste-se ao processo de mudança da *cartografia migratória*. Muitos dos migrantes atuais são provenientes do Maranhão e Piauí, estados que, no passado, tinham pouca ou nenhuma participação nesse processo e que fazem parte da Pré-

¹ O Proálcool foi um Programa que recebeu vultosos incentivos financeiros e teve seu auge em meados da década de 1980. Por meio desses incentivos, o setor canavieiro transformou-se numa agroindústria avançada, incorporando tecnologia no plantio e nas usinas. A produção de automóveis movidos a álcool foi a grande mola propulsora desse programa. A partir de então, cada vez mais, as fábricas de automóveis incentivaram a mistura do álcool à gasolina até chegarem a 2003, quando surgiram os automóveis flex fuel movidos a álcool ou gasolina.

² No período de 1960 a 1980, saíram da área rural do Estado mais de 2,5 milhões de pessoas.

³ Sobre as migrações temporárias, consultar: Silva (1991) e Martins (1988).

Amazônia (Meio Norte). Uma das explicações dada para a mudança da cartografia migratória reside no fato de que houve uma enorme intensificação do ritmo do trabalho nos canaviais, traduzida em termos da média de cana cortada, em torno de doze toneladas diárias. Esse fato está diretamente relacionado à capacidade física, portanto, à idade, à medida que, acima de trinta anos de idade, os trabalhadores já encontram mais dificuldades para serem empregados. Desta sorte, a vinda desses outros migrantes cumpre a função de repor, por meio do fornecimento de maior força de trabalho, o consumo exigido pelos capitais cuja composição orgânica é maior. Outra explicação se reporta ao processo histórico de expropriação do campesinato dessa região, responsável pela produção destes migrantes.

Esse campesinato se formou nos finais do século XIX, logo após a abolição dos escravos, quando muitas comunidades de libertos se juntaram aos quilombolas.⁴ Foi nesse período que teve início a produção camponesa de ex-escravos chamados caboclos, moradores de grandes latifúndios, e também por outros ocupantes de terras, provenientes do Nordeste, em virtude das secas. A utilização do babaçu de forma coletiva é conhecida desde então como o período do “coco livre”, considerado um produto da natureza, portanto, pertencente a todos, segundo o direito consuetudinário.⁵ A lógica da reprodução desse campesinato baseou-se na complementaridade entre agricultura de subsistência e coleta do coco babaçu, segundo uma divisão sexual do trabalho bem definida. A coleta é desenvolvida pelas mulheres e a agricultura pelos homens. A atividade de coleta ocorre no período oposto ao da agricultura, de tal modo que, ao se escassearem os alimentos da família, as atividades das mulheres garantem a reprodução, pois, além do azeite para o próprio consumo, as amêndoas são vendidas para diversos fins industriais, desde o final da Primeira Guerra Mundial (ANTUNES, 2006).

Essa realidade passou a sofrer transformações a partir dos anos de 1970, quando os governos da ditadura militar incentivaram a modernização da agricultura por meio de apoio a grandes empresas e proprietários de terra. A partir de então, grandes empresas nacionais e internacionais aposaram-se de milhares de hectares de terra em várias regiões do país, processo que envolveu conflitos e assassinatos de povos indígenas, caboclos, além

⁴ Negros que fugiam das fazendas e desenvolviam uma economia de subsistência, por meio da apropriação coletiva da terra.

⁵ No Maranhão, os camponeses ainda praticam a economia extrativista das florestas de babaçu, uma espécie de palmeira (*orbyginia martiana*). Do coco, extraem a amêndoa vendida para fins industriais – para a defumação da borracha e combustível - e também utilizadas para a produção de azeite para a alimentação; da casca, fazem o carvão empregado para o preparo dos alimentos; da folha da palmeira, fabricam, cestos, chapéus, vassouras, cobrem a casa, construída de adobe (argila). A palmeira tem até quinze metros de altura e chega a produzir mais de 500 frutos (coco babaçu) a cada florada. Além do Brasil, a palmeira é encontrada na Bolívia, Colômbia e México. Essa floresta abrange no Brasil 18,5 milhões de hectares, dos quais mais da metade se acha no Maranhão. A palavra babaçu origina-se do tupi *wawa'su*.

de líderes camponeses e religiosos.⁶ No Maranhão, houve a conversão da agricultura de alimentos para a produção de soja e pecuária, destinadas à exportação. Com isso, as terras começaram a ser cercadas pelas propriedades privadas e as florestas de babaçu destruídas. Data desse período o início do processo de expropriação dos camponeses, cujo destino passou ser a migração para regiões de garimpo e desflorestamento da Amazônia, muitos dos quais foram e são ainda escravizados.

O estudo de Sader (1991) mostra o caso do projeto de colonização do Maranhão, efetuado pela Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) que abriu possibilidade para o início de um longo ciclo de grilagens e expropriações no Estado, agravado pela construção, no início da década de 70, da estrada que liga a cidade de Santa Inês a Açailândia, esta última na margem da Belém-Brasília, ao norte de Imperatriz. Os mais diretamente afetados por esse processo de expropriação foram os descendentes de quilombos⁷

Quilombolas são os descendentes de negros escravos que vivem nas terras de antigos quilombos. Os quilombos eram lugares de refúgio dos negros que fugiam das áreas de escravidão. Os quilombos tinham uma organização social baseada na apropriação comum da terra. Em todo o interior do Brasil, existiram vários quilombos, hoje transformados em propriedades jurídicas dos descendentes de negros, denominados remanescentes dos quilombolas.

Que até então se constituíam em pequenos proprietários. Muitos deste passam a migrar, mas, por outro lado, outros também resistem, constituindo bairros negros nas proximidades das terras expropriadas.

Esses fatos estão presentes na memória camponesa, segundo a qual o coco babaçu que era *liberto* passou a ser *preso*, isto é, apropriado pelos grandes proprietários, pondo fim ao livre acesso a um bem natural e transformando o babaçu de valor de uso em valor de troca, em mercadoria, algo que foi motivo de um movimento de resistência de mulheres camponesas da comunidade de Ludovico em meados da década de 1980, graças ao qual, após mais de dez anos, foi conseguida a aprovação de uma lei no estado do Maranhão, do babaçu livre, que garante a livre coleta do fruto aos camponeses.

Nos finais da década de 1990 inicia-se a migração de muitos desses expropriados para os canaviais paulistas. Essa migração é essencialmente masculina. Enquanto os homens partem, as mulheres geralmente ficam. Aqueles que ainda residem na área rural cuidam da agricultura de subsis-

⁶ Ver a respeito, dentre outros, Martins (1982). Sobre a resistência de camponeses contra a expropriação em outras áreas do Maranhão, consultar Sader (1991).

⁷ Quilombolas são os descendentes de negros escravos que vivem nas terras de antigos quilombos. Os quilombos eram lugares de refúgio dos negros que fugiam das áreas de escravidão. Os quilombos tinham uma organização social baseada na apropriação comum da terra. Em todo o interior do Brasil, existiram vários quilombos, hoje transformados em propriedades jurídicas dos descendentes de negros, denominados remanescentes dos quilombolas.

tência e são quebradeiras de coco babaçu, atividade desempenhada também por algumas que residem nas periferias das cidades. Algumas delas partem com os maridos e, às vezes, até com os filhos, para lhes preparar a comida e lavar suas roupas. Nas periferias das cidades dormitórios paulistas vivem em minúsculos quartos alugados nos fundos-de-quintais, de onde geralmente saem, à espera do marido que trabalha no corte da cana (VETORASSI, 2006; SILVA et al., 2006).

VIOLÊNCIA E EXPULSÃO DOS CAMPONESES

A fim de aprofundar o conhecimento dessa realidade migratória, realizou-se uma pesquisa no início de 2007 em duas cidades do Maranhão – Timbiras e Codó. Além da coleta de vários depoimentos com homens, mulheres e crianças, analisou-se oitenta e cinco processos jurídicos movidos por camponeses que foram expulsos de sua terra por meio do uso da violência e ameaças de morte, muitos dos quais passaram a viver nas periferias dessas duas cidades. Muitos membros dessas famílias não tiveram outra alternativa, senão aquela da migração para os canaviais paulistas, além de outras regiões do país.⁸

Analisando os processos jurídicos movidos por oitenta e cinco camponeses expropriados em 2004 nos municípios de Coroatá, Timbiras e Codó, constata-se o seguinte: essas famílias eram constituídas de moradores que pagavam a renda em produto ao dono da terra. Plantavam arroz, feijão, milho, mandioca e frutas. Além disso, viviam da economia extrativista do coco babaçu, atividade, essencialmente desenvolvida pelas mulheres, segundo a tradição do campesinato dessa região. Viviam em casas de adobe (argila) cobertas de folhas da palmeira do babaçu.

No ano de 2004, homens armados desalojaram cem famílias da Fazenda São Raimundo, pertencente a José Ribamar Thomé. Os homens eram mandantes de Ricardo Reis Vieira, que, por intermédio de escrituras falsas, afirmava ser o legítimo proprietário da terra. Segundo os relatos de camponeses, a queima das casas foi feita pela Empresa do Grupo Maratá, que tem negócios relacionados ao comércio, agricultura e indústria no nordeste. No Maranhão, essa empresa possui extensas áreas com pecuária.

Os camponeses não resistiram a esse ato de violência, pois, caso contrário, seriam mortos, segundo vários depoimentos. Muitos ainda não recorreram à justiça em razão do medo de represálias por parte da empresa expropriadora. Essa realidade concreta se insere na história do capitalismo

⁸ A pesquisa sobre as crianças que tinham algum membro da família migrante, referiu-se à coleta de desenhos por meio de suas representações sobre sua família e sobre “Ribeirão” (região de Ribeirão Preto em S. Paulo). O objetivo era captar a realidade migratória sob a ótica das crianças da quarta série do ensino primário.

no campo no Brasil que sempre foi acompanhada de violência, inclusive nos dias atuais.⁹ Ademais da expropriação, a empresa destruiu as florestas de babaçu por meio de máquinas e do fogo. Em seguida, foi semeado capim para o gado. Esse fato foi mais um agravante da situação dos camponeses expropriados nas periferias das cidades, pois a única forma de sobrevivência foi garantida pelo trabalho das mulheres que ainda continuaram exercendo a coleta do coco.

OS TERRITÓRIOS MIGRATÓRIOS ENQUANTO PROCESSOS SOCIAIS

Acredita-se que essa análise do processo histórico, responsável pela produção desses proletários, é necessária ao desenvolvimento das inflexões neste trabalho sobre as implicações sociais e laborais dessa migração para os canaviais paulistas. Em outros termos, esses dados históricos possibilitam a compreensão da migração sob a ótica dos sujeitos envolvidos nos processos migratórios no contexto de estruturas sociais determinadas historicamente. Parte-se da idéia de Marx, segundo a qual, os sujeitos fazem a história, porém em condições determinadas. Logo, as estruturas objetivas – classe, gênero, raça/etnia – são as organizações sociais, no interior das quais as ações dos sujeitos migrantes se desenrolam. Considera-se o migrante sob duas óticas: inicialmente, trata-se de um (a) trabalhador (a) produzido no bojo de determinadas relações sociais, resultantes de processos de violência e expropriação. O migrante acha-se inserido numa realidade social, definida por laços sociais (familiares, grupos de vizinhança, valores, ideologias etc.), que o caracterizam como pertencente a um determinado espaço social e cultural. Portanto, a denominação abstrata de migrante esconde o conjunto de situações concretas e particulares, que definem sua identidade individual e social. Essas duas perspectivas conduzem às reflexões, segundo as quais, os fatores econômicos não são os únicos a serem levados em conta na análise da migração e dos migrantes. Seguindo essas idéias, após a análise deste processo de expropriação, resta a abordagem da resignificação social dos migrantes nos espaços de origem e de destino. Para levar a cabo essa idéia, o conceito de território migratório (FARET, 2001; FLORES, 2006) é um instrumento eficaz para a compreensão dos dois espaços – de origem e de destino – não como pontos isolados, embora muito distantes geograficamente, porém como espaços que se acham unidos e próximos socialmente.

O processo de violência define a particularidade da reprodução do capitalismo nessas regiões, consideradas de fronteira agrícola, e fornece indicadores para o entendimento de duas situações: uma delas se reporta ao fato de as empresas de São Paulo dar preferência a essa mão-de-obra, dado

⁹ Ver a respeito as publicações da CPT (Comissão Pastoral da Terra) referentes aos conflitos no campo.

o fato de que os migrantes são provenientes de regiões onde predominam relações autoritárias, caracterizadas pelo poder dos donos de latifúndios, em que prevalecem relações de dominação que se assemelham à sujeição e ao escravismo; a segunda situação, derivada da primeira, se reporta ao fato de que esses trabalhadores são considerados pelas empresas como sendo mais dóceis, mais obedientes e aceitam, com mais frequência, as imposições das condições de trabalho, os salários baixos, a precariedade das condições de moradia mais do que os trabalhadores locais. Ademais, as diferenças regionais favorecem as empresas à medida que elas incrementam a segmentação dos trabalhadores, segundo suas origens geográficas. Esse dado dificulta a união política dessa classe de trabalhadores, algo que se associa ao fraco papel desempenhado pelos sindicatos, que, muitas vezes, se associam aos patrões.

Portanto, o que se constata é uma migração *permanentemente temporária*, já que a grande maioria dos que migram regressam a seu lugar de origem, enquanto outros se destinam a outras regiões, constituindo, assim, outros ciclos migratórios – circulares, além dos pendulares – que se acham encadeados. Na realidade, há um eterno ir e vir, um eterno partir e chegar. Segundo a definição de territórios migratórios, é necessário levar em conta os espaços de origem e destino, além dos lugares intermediários, como os de passagem e aqueles que servem como instalações temporárias no percurso da migração. O território migratório é um espaço organizado e significativo que mantém uma lógica própria (FARET, 2001).

No caso deste estudo, os espaços de destino não são definitivos, mas temporários, pois, no final da colheita da cana (que dura oito meses), os trabalhadores partem. A maioria regressa após quatro meses, enquanto outros não. É interessante observar que contabilizam o tempo de migração a partir do número de safras e não a partir do número de vezes que migraram. Vale a pena ainda lembrar que a atividade laboral do corte da cana seleciona por si mesma os trabalhadores: homens jovens, entre dezoito e trinta anos de idade, sadios e dotados de força física para suportar os altos índices de produtividade exigidos, algo que já ocasionou a morte por excesso de esforço de vinte trabalhadores entre 2004 e 2007.¹⁰ A fim de captar as particularidades destes *territórios migratórios permanentemente temporários*, optou-se por seguir os trajetos dos migrantes a partir de seus espaços de origem e, em seguida, dos de destino.

¹⁰ Sobre os perfis dos trabalhadores mortos, consultar o site: www.pastoraldomigrante.org.br.

LUGARES DE ORIGEM, ESPAÇOS TRANSFORMADOS

A pesquisa constatou que, dentre os migrantes, há aqueles que sofreram definitivamente o processo de expropriação e vivem na periferia das cidades e também há os que ainda estão nas áreas rurais, na condição de moradores e parceiros, pagando renda em produto, proveniente da agricultura de alimentos e da castanha do babaçu, aos donos da terra, grandes latifundiários. Muitos destes últimos vivem numa situação de insegurança, dado o fato de que não têm condições para arcar com os preços do arame para cercar suas roças de alimentos, pois a prática dos proprietários para completar a expulsão dos camponeses é a *do gado solto e da roça cercada*.

Para os que vivem nas cidades, além do salário dos que migram, a única fonte de rendimento é proveniente do trabalho das mulheres, enquanto quebradeiras de coco babaçu. No entanto, nas cidades, essa atividade está cada vez mais rara e difícil, pois as florestas estão muito distantes dos locais de moradia e como as mulheres não dispõem de nenhum meio de transporte, necessitam percorrer longas distâncias a pé até os cocais. Trabalham o dia todo na coleta dos cocos e no final do dia os levam em sacos à cabeça para sua casa, onde são quebrados. Uma parte da produção é transformada em azeite para o consumo familiar e outra parte é vendida aos comerciantes locais ao preço de R\$ 0,80 o kg. Em média conseguem quebrar de cinco a sete quilos de coco por dia, o que lhes rende de R\$ 4,00 a R\$ 6,00 diariamente, valor insuficiente para a manutenção da família.

Nos bairros periféricos, habitados pelas famílias dos migrantes, o espaço urbano é uma continuidade do espaço rural. As casas são feitas de adobe e cobertas de folhas da palmeira do babaçu. Nos quintais, geralmente, há plantações de árvores frutíferas, como bananeiras, pinhas, mangueiras, além de mandioca, feijão e milho. Os fogões são a carvão da casca do coco babaçu. Há também criação de porcos, galinhas e ovelhas. As ruas são de terra, não há saneamento, porém, há luz elétrica. São muito frequentadas pelas crianças e mulheres. A sociabilidade dos vizinhos e parentes ocorre nas ruas. Nas casas, há poucos homens, geralmente, os mais velhos. As mulheres casadas são chamadas *viúvas de maridos vivos*, em razão da ausência dos maridos. Quanto à atividade laboral, observa-se que o trabalho feminino se reduz às tarefas domésticas e ao cuidado com as crianças e à quebra do coco.

Os sinais de distinção social aparecem na transformação das casas de adobe em alvenaria (tijolos). Inicialmente, há a troca da cobertura de folhas de palmeira pelas telhas de argila. Em seguida, iniciam a reconstrução das paredes e, por fim, a instalação de portas e janelas de madeira e de pisos cimentados. Além dessas alterações, há a compra de aparelhos de televisão e de som e, em alguns casos, a compra de motocicletas, sobretudo, pelos jovens solteiros. Esses objetos, comprados com o dinheiro advindo do trabalho dos migrantes, exercem uma enorme influência no imaginário do con-

junto do grupo social e, ao mesmo tempo, são os ingredientes de mudanças de consumo e também de novos padrões de comportamento advindos da cultura migratória.

Esses objetos exercem uma verdadeira transfiguração nos jovens. A posse de uma motocicleta, do dinheiro para poderem freqüentar os bares da cidade com os amigos e as namoradas, o uso de camisetas com inscrições em inglês, de tênis, de óculos escuros, de boné, de bermudas, de relógio, tem, ao nível do simbólico, o poder de equipará-los aos jovens de outras camadas sociais da cidade. Portanto, tais mercadorias representam a construção de novas identidades individuais e sociais à medida que novos padrões do gênero masculino são engendrados no bojo do processo migratório. Vários relatos revelam que o sonho de muitos jovens é migrar para “Ribeirão” (os canaviais paulistas) a fim de conseguirem tais mercadorias ou até mesmo serem aceitos no grupo daqueles que migram e têm dinheiro para o lazer.

Sem embargo, o consumo não pode ser entendido como o determinante *tout court*. Ainda que a mercadoria seja o fim visualizado, ela representa a produção de novas identidades, à medida que, além da distinção social, há, ao nível do imaginário, a realização do projeto de ascensão social, do êxito, da melhoria dos níveis de vida. Aos poucos, vai se constituindo uma *cultura migratória* que redefine as práticas sociais, os estilos de vida e as visões de mundo.

Construir ou reconstruir a casa de tijolos e de telhas, segundo os padrões das classes sociais mais elevadas, representa para o migrante a consecução de um sonho de ascensão social e também um lugar seguro para si e para a família. Todos os entrevistados manifestaram o desejo de voltar ao Maranhão e lá construir sua casa. Portanto, a casa no lugar de origem representa, ao fim e ao cabo, o desejo de retorno ao tempo e ao espaço de origem e o fim da migração. É o ponto de chegada imaginado.

As mercadorias imprimem novas relações sociais e também mudam a paisagem espacial e social. No entanto, não há o desaparecimento do espaço social anterior. Os dois espaços moderno e tradicional coexistem e se redefinem, segundo o processo migratório. No tocante à sociabilidade feminina, observa-se que, apesar da distância geográfica, seu marido e filhos ausentes se fazem presentes por meio das lembranças, das conversas, das notícias e também do tempo. Trata-se da redefinição da sociabilidade encontrada em várias situações: esperar aos domingos a chamada telefônica junto aos postos de telefonia da cidade, esperar pela volta do pai, em caso de nascimento de uma criança, não participar de festas na ausência dos maridos, ou ainda, casos de rupturas matrimoniais, em função da ausência de maridos, doação dos filhos às avós, em função de novos laços conjugais. No caso de jovens casais, muitas esposas acompanham os maridos até os locais de destino. Há também casos em que as mulheres partem com todos

os filhos ou alguns deles, deixando os demais aos cuidados das avós. O fato de levarem ou não os filhos está diretamente relacionado às condições financeiras da família. Essas situações concretas revelam que a migração exerce influências na estruturação interna das famílias e na redefinição dos papéis femininos e de muitas avós, que passam a se responsabilizar pela criação e educação dos netos.¹¹

Todavia, essa realidade não pode ser encarada sob a ótica da funcionalidade, como se não houvesse conflitos. Constatou-se que há muitos casos de rupturas matrimoniais, sem contar a ausência do pai no processo de educação dos filhos. Embora haja a redefinição dos papéis femininos, a separação física e social imprime sofrimentos, que acabam afetando a saúde física e emocional tanto dos homens quanto das mulheres, muitas das quais ficam enfermas, segundo relatos. A migração divide a vida das pessoas no tempo e no espaço. Essa é a lógica desse território migratório: ao mesmo tempo em que é o determinante do conjunto dessas vidas, imprimindo-lhes o elo unificador entre os que partem e os que ficam, reproduz permanentemente a transitoriedade e a divisão espacial e social. São vidas transitórias, marcadas pelo eterno partir e chegar.

Os espaços de origem são também os lugares onde se engendra o mercado de trabalho para as empresas capitalistas de São Paulo. Apesar da distância geográfica, as empresas controlam este mercado por meio dos *gatos* (enganchadores). Esses mercadores de mão-de-obra pertencem à comunidade de origem dos migrantes, são, em geral, antigos trabalhadores das empresas, cooptados por elas e considerados pessoas de sua confiança. Os *gatos* realizam a primeira seleção dos trabalhadores: escolhem os melhores, isto é, os mais jovens, dotados de força física e aqueles que não são *encrenqueiros*, isto é, os que não abusam de bebidas alcoólicas, os mais obedientes, que, seguramente, não protestarão contra as condições de trabalho e não participarão de movimentos reivindicatórios. Ademais da força física, esses atributos comportamentais são importantes nessa seleção, pautada por critérios políticos e ideológicos. Esse fato é importante para as empresas à medida que continuarão com a prática do sistema de superexploração, responsável pelos gigantescos lucros. O *gato* exerce também outras funções: ele representa o elo entre os trabalhadores e a empresa, e, em virtude de seu papel contraditório, ele, ao mesmo tempo em que se afirma enquanto representante dos trabalhadores, defende os interesses das empre-

¹¹ Entre esses camponeses é muito comum a prática da circulação das crianças entre parentes e vizinhos. Trata-se de uma estratégia para garantir a reprodução do grupo familiar, baseada nos costumes, em casos de dificuldades materiais ou de ausência dos genitores. Encontraram-se muitas crianças que tinham, além da mãe biológica, a adotiva, às vezes, convivendo no mesmo bairro. No caso dos avós, eles são beneficiários de um salário mínimo proveniente da aposentadoria, algo que, em alguns casos, é a única fonte de renda do grupo familiar extenso, envolvendo filhos e netos. Em outro trabalho (SILVA et al., 2007), constatou-se essa mesma situação em relação aos trabalhadores rurais de São Paulo.

sas. Nesse jogo contraditório, ele acaba se revestindo com a máscara de protetor dos trabalhadores, um igual, que leva notícias para a família, que pode ajudar nos casos de doença, que empresta dinheiro para a viagem, feita em ônibus fretado por ele, que consegue o emprego e a moradia nos locais de destino, segundo seu conhecimento e experiência. Enfim, mantém com os trabalhadores a relação assistencialista, paternalista, mistificadora e ratificadora da exploração vigente (SILVA, 1999). Como pertence ao mesmo espaço de origem dos trabalhadores, exerce sobre eles o controle ideológico sobre sua conduta, até mesmo no período do não trabalho (de dezembro a março, na entressafra da cana). É por meio desse controle que ele define os “bons e os “maus”, quem partirá e quem ficará.

Durante a pesquisa de campo, constatou-se a presença de uma rede de aliciamento de trabalhadores dessa região para várias partes do país, além de São Paulo. Trata-se de uma rede de exploração que está vinculada ao sistema de precarização e flexibilidade do trabalho imposto pelas grandes empresas. Muitos dos trabalhadores aliciados são transformados em escravos nas regiões Norte, Centro-oeste, inclusive no Paraná e Santa Catarina (Sul) e Ceará (Nordeste), segundo denúncias da Comissão Pastoral da Terra e da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.¹² A escravidão constitui-se na particularidade histórica da reprodução do capitalismo na agricultura brasileira e está intimamente ligada ao processo migratório interno. Esse dado é mais um ingrediente para a compreensão dos territórios migratórios, enquanto processos sociais contraditórios e não funcionais, que têm características próprias, segundo as distintas realidades históricas.

LUGARES DE DESTINO, ESPAÇOS FECHADOS E CONTROLADOS

Segundo a análise acima, os migrantes maranhenses dirigem-se às regiões canavieiras do Estado de S. Paulo em ônibus fretado pelos *gatos*. São levados, após três dias e três noites de viagem, aos *barracos* (moradias precárias) das periferias das pequenas cidades ou para os alojamentos das empresas no interior dos canaviais, onde o controle é muito grande e é exercido diretamente pelos *gatos*, que instala um pequeno comércio vendendo produtos a preços mais elevados aos trabalhadores. Em razão desse controle, o acesso a esses locais só ocorre com permissão das empresas. Os trabalhadores aí vivem isolados e vigiados. Em função do grande número de pessoas num mesmo espaço, já houve ocorrência de doenças e epidemias.¹³

¹² Segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra), os trabalhadores escravizados em 2006 no país foram 6.930, dos quais 3.633 foram libertados. A violência caracterizou-se pelas ameaças de morte, assassinatos, agressões, danos, intimidações e humilhações (CPT, 2006, p. 129-136).

¹³ A ocorrência de epidemia de sarampo entre trabalhadores rurais alojados no interior dos canaviais na região de Ribeirão Preto foi analisada como doença ocorrida em função das condições sociais desses trabalhadores, pois o

Quanto aos que se dirigem às cidades, em virtude do preço alto dos aluguéis, são obrigados a morar, em grande número, em pequenos cômodos com tanque de lavar roupas e sala de banho coletivo. Essas moradias são insalubres e alvo de constante fiscalização sanitária.¹⁴ No que concerne à sociabilidade dos migrantes, observa-se que eles ficam praticamente isolados do conjunto da cidade. São vistos como pessoas de “fora”, como estrangeiros no próprio país. O contato com os moradores restringe-se aos agentes da Pastoral do Migrante, aos donos de supermercados, bares e proprietários dos *barracos*:

Os depoimentos demonstram que o tempo de trabalho é o que predomina. Não há lazer, pois o dia do descanso é utilizado para a compra de alimentos, lavagem da roupa e o repouso das energias. A sociabilidade é fragmentada pela ausência de comunicação com as pessoas da cidade, que os vêem como diferentes (são negros, descendentes de escravos e de quilombolas), e também pelos demais maranhenses que habitam em outros *barracos*, pois os dias de descanso não são os mesmos para todos. As empresas impõem o sistema cinco por um, isto é, cinco dias de trabalho e um de descanso, segundo as diferentes turmas de trabalhadores, impedindo assim que os domingos sejam dedicados coletivamente ao lazer, o que restringe a sociabilidade tão-somente ao trabalho. O tempo é reduzido ao trabalho e controlado pelas empresas.¹⁵

A segmentação dos trabalhadores ocorre tanto no local de trabalho, quanto nos bairros periféricos das pequenas cidades da região de Ribeirão Preto. Tal segmentação ocorre em razão das divisões étnico/raciais, segundo os locais de origem dos migrantes. Estas condições histórico-sociais ao serem apropriadas pelas empresas capitalistas reforçam a segmentação e transformam as diferenças da cor da pele em desigualdades e hierarquizações. Desta sorte, os maranhenses são considerados pelos baianos como maus trabalhadores, preguiçosos e incapazes de conseguir os níveis de produtividade do trabalho exigidos pelas empresas. Outras divisões e discriminações se reproduzem no interior de outros grupos de migrantes e também em rela-

sarampo não é uma doença comum na fase adulta. Foram detectados 153 casos da doença num total de 3.705 trabalhadores de uma usina de cana-de-açúcar e álcool (PONTES, 1990).

¹⁴ Em função das vinte mortes por excesso de trabalho ocorridas no período de 2004 a 2007, tem havido fiscalização nessas moradias por parte da Vigilância Sanitária. As principais deficiências são: existência de poucos banheiros para um grande número de homens, fogões nos quartos de dormir e muitas pessoas em pequenos cômodos, além da precariedade das construções.

¹⁵ A fim de aumentarem os lucros e manterem a produção em níveis elevados, o tempo de trabalho nas usinas é de vinte e quatro horas diárias, inclusive na agricultura, cujas atividades noturnas envolvem o corte mecanizado da cana, o transporte em caminhões, o que impõe a muitos trabalhadores o trabalho noturno, sem contar que a cana cortada manualmente é queimada na noite anterior, atividade de extremos riscos e com registros de muitos acidentes com mortes. Ainda mais: muitas usinas, com o mesmo intuito pagam em dobro o preço da tonelada de cana cortada nos dias de descanso, o que contribui para aumentar o desgaste físico dos trabalhadores, pois os salários são pagos por produção, ou seja, por tonelada de cana cortada, ao preço de R\$ 2,40 (1U\$= R\$ 1,96).

ção aos trabalhadores locais (os chamados bóias-frias), considerados paulistas, embora boa parte deles seja descendente de migrantes, inclusive de negros. Esta realidade, além de invisível, é silenciada tanto pelos empregadores, quanto pelo conjunto dos trabalhadores e habitantes das cidades. Desvendar as divisões espaciais (invisíveis), segundo o lugar de origem dos migrantes e aquele dos trabalhadores locais, é necessário para a compreensão da dinâmica dos territórios migratórios, enquanto lugares simbólicos, definidos por representações sociais dos diferentes grupos reunidos no mesmo espaço geográfico.¹⁶

No que tange às mulheres, que acompanham seus maridos com ou sem filhos, também se observam, além dessas divisões étnico/raciais, as de gênero. Suas funções são estritamente ligadas ao trabalho doméstico. Vivem nos cômodos alugados, raramente saem às ruas e usam seu tempo segundo o tempo de trabalho dos maridos. Preparam-lhes a comida ainda pela madrugada, lavam suas roupas e os esperam no final do dia, quando regressam do trabalho. Algumas delas participam de atividades como aprendizagem de corte e costura, crochê, bordados, sob a orientação da Pastoral do Migrante. A sociabilidade delas se restringe ao convívio com outras mulheres maranhenses e, do mesmo modo que os homens consideram o lugar de destino como passagem, algo temporário em sua vida e nutrindo a esperança do retorno para seu lugar de origem. Da mesma forma que as mulheres que não partem, elas esperam a chegada do domingo, quando telefonarão para ter notícias dos que ficaram, sobretudo, dos filhos deixados para trás. A imagem do retorno é gerada pelo desejo, pela vontade, portanto, essa imagem também é um elemento constitutivo dessa identidade.

No entanto, pode-se retornar ao espaço, mas não ao tempo. O tempo é outro. As roças de subsistência estão em vias de desaparecimento, as atividades extrativistas relacionadas ao coco babaçu estão cada vez mais rarefeitas, muitos parentes e amigos já se foram. Considerando que espaço-tempo forma uma simbiose, conclui-se que o espaço também não é mais o mesmo. O retorno se faz em busca de algo imaginado (BERTRAND, 1989, p. 29).

Impossibilitados de transformar o mundo, de deter o processo da migração forçada, a ação dos migrantes e daqueles que ficam pode ser percebida por intermédio de várias formas: ações coletivas e individuais de resistência, conformismo, imagens de rostos sofridos, de suas falas e também de seus silêncios. Ao descreverem sobre a própria história se transformam em narradores e lembradores que sentem saudades. Narrativas não de um passado longínquo, mas de um passado-presente, vivido em dois espaços e dois mundos. Espaços, mundos e tempos unem-se quando os narradores se acham separados e, ao contrário, se separam quando os

¹⁶ Segundo outros referenciais teóricos, os bairros de trabalhadores migrantes dessa região foram estudados por Melo (2007) e Vettorassi (2006).

narradores se unem. Essa é a dialética dos territórios migratórios. Quando voltam a seu lugar de origem, esperam o momento da partida, pois lá não podem ficar.

Outro dado importante sobre a sociabilidade nos lugares de destino se reporta à sexualidade. Em se tratando de homens jovens, que migram na sua maioria sozinhos, permanecendo oito meses sem a família, vivendo isolados nos alojamentos no interior dos canaviais ou nos *barracos* das periferias urbanas, essa questão aparece nos depoimentos. Os contatos sexuais ocorrem geralmente em locais de prostituição, situação que, em algumas cidades, já tem sido denunciada pela imprensa.¹⁷ Nos locais de origem também já aparecem os resultados dessa realidade: doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), como sífilis e AIDS (SIDA). O depoimento seguinte revela que o contato sexual com as mulheres dos locais de origem é raro, salvo em locais de prostituição, surgidos no contexto das migrações.

Além do desgaste físico, das doenças respiratórias, câncer de pele e de pulmão, em virtude do sol e dos agrotóxicos, do controle exercido no ato do trabalho pelos feitores - conforme o relato acima - há muitas mortes em função de acidentes de trabalho e de transportes, em razão da precariedade dos ônibus que levam os trabalhadores até os canaviais.¹⁸

A existência dessas condições de trabalho marcadas pela superexploração, pela precariedade e pelo desrespeito e violência aos direitos humanos do trabalho está aliada às migrações internas, resultantes da formação de um enorme exército de trabalhadores, expropriados da condição de camponeses em virtude do avanço dos grandes capitais em várias regiões de fronteira agrícola do país.¹⁹ O conceito de territórios migratórios permitiu a compreensão dessa realidade a partir de sua dinâmica contraditória, capaz de captar a ação dos sujeitos nela envolvidos e também as particularidades históricas do processo de acumulação dos capitais aplicados na produção de etanol desta região, como fonte de energia, para os mercados externos.

¹⁷ Recente reportagem sobre a prostituição, inclusive de adolescentes, como resultado da expansão da cana-de-açúcar na cidade de Delta, no Estado de Minas Gerais, é um dos sinais do processo de acumulação das empresas ligadas a essa atividade, cujas características são a concentração de terra e de renda, de um lado, e do outro, a concentração da miséria. “Apelidados de “maranhenses”, os forasteiros, amontoados em barracas e favelas, transformaram o município num verdadeiro “formigueiro humano”, nos moldes do garimpo de Serra Pelada, que atraiu, na década de 1980, milhares de forasteiros ao Sul do Pará. A exemplo de áreas de garimpo, Delta não tem nenhum hotel, tem mesmo um delegado residente. Em compensação, passou a abrigar centenas de prostitutas, espalhadas por 27 boates e casas de prostituição” (Estado de Minas, 14 de maio de 2007).

¹⁸ Relatório da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo registrou 416 mortes em 2005 no setor sucroalcooleiro, a maioria por acidentes (Ata das reuniões da Fundacentro e representações sindicais do setor sucroalcooleiro em 2006).

¹⁹ Sobre as denúncias dessas condições de trabalho, consultar Silva et al. (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, a partir do conceito de territórios migratórios, compreender o significado dessa *migração permanentemente temporária*, já que os sujeitos sociais não podem permanecer nem no lugar de origem nem no lugar de destino. São eternos caminhantes, cuja vida transita por diferentes espaços, sem se fixar em nenhum deles. Segundo Faret (2001) e Flores (2006), os territórios migratórios apresentam uma lógica própria, à medida que espaços geograficamente distantes são unidos pelas práticas e ressignificações dos migrantes por intermédio de redes sociais nos distintos lugares por onde transitam.

Essa investigação revelou que os territórios de origem e de destino se acham articulados pelo mercado laboral masculino, responsável pelos altos lucros das empresas agroexportadoras de São Paulo. No entanto, essa articulação não é meramente funcional, ou seja, esses territórios não são meramente complementares entre si. As novas dinâmicas produzidas demonstram que se trata de uma unidade contraditória, marcada por muitas rupturas, perdas, doenças, mortes e também pela produção de novas representações sociais, novos sentidos, novas estratégias, originados do campo simbólico e imaginário. Todos os projetos de vida, tanto dos que ficam como dos que partem, assentam-se sobre o desejo de retorno definitivo para o lugar de origem. Para isso, desejam construir a casa de tijolos e assegurar melhores condições para que os filhos não precisem migrar, enfim, desejam a ascensão social. Apesar da super exploração da força de trabalho, da precariedade das condições de moradia, das discriminações étnico/raciais nos lugares de destino, das dificuldades encontradas em razão da separação das famílias, os sujeitos envolvidos nesse processo social não são vítimas passivas. Criam estratégias que visam diminuir as perdas sofridas e, em muitos casos, apesar da distância geográfica, os vínculos sociais e familiares são redefinidos e reforçados e pequenas resistências são produzidas.

Tais situações definem os contornos da mobilidade desses *múltiplos territórios migratórios que são permanentemente temporários*. São vidas marcadas pela incerteza, transitoriedade e também pelo desejo de conseguirem realizar o projeto de distinção social, quer seja por meio da compra de algumas mercadorias do mundo capitalista, quer seja pelo cumprimento dos padrões comportamentais relativos aos gêneros. Os homens jovens desejam o sucesso, “subir na vida”, por meio do trabalho; aqueles que possuem filhos querem dar-lhes condições para que possam estudar e ter melhores oportunidades laborais futuras. Cumprem, assim, os papéis de provedores responsáveis e de chefes-de-família. As mulheres, enquanto mães ou avós, ao cuidarem da prole, ratificam seus papéis reprodutivos, enquanto muitas outras da região de destino se transformam em prostitutas para atender ao mercado sexual criado pela migração. Dessa sorte, homens e mulhe-

res de lá e de cá vivem a dialética do transitório e sonham com o permanente. É essa engrenagem que os move nesses territórios permanentemente temporários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, M. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, E.; HEREDIA, B.; MENASCHE, R. (Orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: NEAD/MDA/IICA, 2006.

BERTRAND, M. O mundo clivado: a crença e o imaginário. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Orgs.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 15-40.

COMISSÃO Pastoral da Terra (CPT). *Conflitos no campo*. Goiânia: CPT Nacional, Brasil, 2006.

FARET, L. Mobilité spaciale et territorialité: de la diversité de formes de construction du rapport aux lieux. *Séminaire PRISMA*, Toulouse, 10-11 maio, 2001.

FLORES, S. M. L. Circulación territorial y encadenamientos migratorios de los jornaleros agrícolas en el Noroeste del México. *Teoria e Pesquisa*, n. 49, p. 13-34, jul./dez. 2006.

_____. Control del espacio y territorialidad en las migraciones rurales. In: CONGRESO DE ALASRU, 7., Quito, 20-25 nov. 2006. (versão eletrônica)

MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. Migrações temporárias: problema para quem? *Travessia*, São Paulo, v. 1, p. 5-8, maio/ago. 1988.

MELO, B. M. *Memória, migração e territorialidade: o trabalhador rural nordestino na Ibaté Paulista*. 2007. Qualificação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente.

PONTES, R. J. S. Sarampo em trabalhadores rurais: ensaio metodológico de epidemiologia social. *Revista de Saúde Pública*, v. 24, n. 4, ago. 1990.

SADER, R. Migração e violência: o caso da pré-amazônia Maranhense. *Terra Livre*, n. 6, p. 65-76, 1991.

SILVA, M. A. M. *As andorinhas: nem cá, nem lá*. Vídeo. VHS, UNESP/Araraquara, 1991.

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Edunesp, 1999.

SILVA, M. A. M. et al. A família tal como ela é nos desenhos das crianças. *Ruris* (Revista do Centro de Estudos Rurais do IFCH/Unicamp), v. 1, n. 1, p. 105-156, 2007.

_____. Do Karoshi no Japão à birola no Brasil: as faces do capitalismo mundializado. *Nera* (Revista do Núcleo de estudos, pesquisa e projeto de reforma agrária), Presidente Prudente, v. 9, n. 8, jan./jul. 2006. Edição eletrônica.

VETTORASSI, A. *Espaços divididos e silenciados*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.